

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Piero Di Cristo Carvalho Detoni

E-mail: pierodetoni@gmail.com

Instituição: Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Submetido: 17/05/2021

Aprovado: 23/06/2021

Publicado: 09/11/2022

 10.20396/rho.v22i00.8665669

e-Location: e022029

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

DETONI, P. di C. C. Catolicismo, eurocentrismo e civilização no *Compêndio de História Universal do Padre Rafael Galanti* (1894). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 22, p. 1-22, 2022. DOI:

10.20396/rho.v22i00.8665669.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665669>. Acesso em: 9 nov. 2022.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



CATOLICISMO, EUROCENTRISMO E CIVILIZAÇÃO NO COMPÊNDIO DE HISTÓRIA UNIVERSAL DO PADRE RAFAEL GALANTI (1894)

  **Piero di Cristo Carvalho Detoni***
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

Este artigo aborda a escrita da história escolar operada pelo padre jesuíta Rafael Maria Galanti (1840-1917). O objeto de investigação em destaque é o seu *Compêndio de história universal*, publicado no ano de 1894. Realizamos uma reflexão que compreende os eixos de inteligibilidade que acompanham a confecção dessa obra diante de exigências epistêmicas e ético-políticas que circunscrevem a história na Primeira República, o que nos faz apreender a historicidade das próprias regras (visíveis e invisíveis) que presidem a disciplina (escolar) naquele momento específico. O recorte analítico proposto por este texto deslinda as dinâmicas do *catolicismo*, do *eurocentrismo* e do *conceito de civilização* presentes no referido livro. Ao que parece essa chave interpretativa possibilita o entendimento do raciocínio historiográfico elaborado por Galanti.

PALAVRAS-CHAVE: Catolicismo. Eurocentrismo. Civilização.

CATHOLICISM, EUROCENTRISM E CIVILIZATION IN THE PRIEST RAFAEL GALANTI'S *COMPÊNDIO DE HISTÓRIA UNIVERSAL* (1894)**Abstract**

This article deals with the writing of the school history operated by the Jesuit priest Rafael Maria Galanti (1840-1917). The object of investigation highlighted is his *Compêndio de história universal*, published in 1894. We conducted a reflection that comprehends the axes of intelligibility that accompany the making of this work in the face of epistemic and ethical-political demands that circumscribe history in the First Republic, which makes us apprehend the historicity of the very rules (visible and invisible) that preside over the (school) discipline at that specific moment. The analytical approach proposed by this text detaches the dynamics of *Catholicism, Eurocentrism, and the concept of civilization* present in that book. Apparently, this interpretative key makes it possible to understand the historiographical reasoning elaborated by Galanti.

Keywords: Catholicism. Eurocentrism. Civilization.

CATOLICISMO, EUROCENTRISMO Y CIVILIZACIÓN EN EL *COMPENDIO DE HISTORIA UNIVERSAL* DEL PADRE RAFAEL GALANTI (1894)**Resumen**

Este artículo trata de la redacción de la historia escolar operada por el sacerdote jesuita Rafael María Galanti (1840-1917). El objeto de investigación destacado es su *Compendio de Historia Universal*, publicado en 1894. Realizamos una reflexión que comprende los ejes de inteligibilidad que acompañan la realización de esta obra frente a las demandas epistémicas y ético-políticas que circunscriben la historia en la Primera República, que nos hace aprehender la historicidad de las mismas reglas (visibles e invisibles) que presiden la disciplina (escolar) en ese momento específico. El enfoque analítico que propone este texto separa las dinámicas del catolicismo, del eurocentrismo y del concepto de civilización presentes en ese libro. Aparentemente, esta clave interpretativa permite comprender el razonamiento historiográfico elaborado por Galanti.

Palabras clave: Catolicismo. Eurocentrismo. Civilización.

O PADRE GALANTI E A ESCRITA DA HISTÓRIA ESCOLAR

O padre Rafael Maria Galanti é um personagem que a história da historiografia brasileira começa a reabilitar. (HRUBY, 2012; MENDONÇA, 2015; SANTOS, 2019). Nos momentos iniciais da República, período marcado pela reescrita e pelo chamado “redescobrimto” da história brasileira, vemos esse historiador e professor de história transitando por diferentes espaços de produção do saber histórico. Ele é, nesse contexto, docente nas principais escolas confessionais do país: o Colégio São Luiz, em Itu, e o Colégio Anchieta, em Friburgo. Duas instituições inicianas responsáveis pela formação de quadros importantes para a elite intelectual e política do país. Do final do Oitocentos ao início da década de 1910 ele publica uma gama variada de livros, abrangendo tanto a história do Brasil como a universal. É membro do IHGB, instituição que naquele momento ainda consagra aqueles que se dedicam ao estudo, à pesquisa e ao ensino de história. Como religioso, “[...] palmilhou o extenso solo brasileiro, tanto nas prósperas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, como nas missões em comunidades indígenas da região amazônica.” (SANTOS, 2019, p. 47). Mesmo que enfatizemos a importância, e a representatividade, de Galanti diante da experiência historiográfica republicana, não deixamos de sublinhar que os seus escritos não reverberam junto às tradições historiográficas do Brasil século XX adentro, fazendo-nos inferir que o seu trabalho é interdito pela memória da nossa própria disciplina, desabilitando, portanto, a sua autoridade originária. Conforme bem pontua Hugo Hruby (2012, p. 315), para quem Galanti escreve a primeira síntese da história brasileira sob a égide republicana,

[...] o silêncio sobre a obra historiográfica do padre Galanti pode estar relacionado à produção de simples compêndios escolares, ausência de pesquisas em arquivos, não ser brasileiro para escrever a História do Brasil e por contrapor outro historiador de histórias gerais como estratégia de afirmação profissional num momento em que Varnhagen era resgatado.

Lígia Bahia de Mendonça (2015, p. 39) assevera que os livros escritos pelo padre Galanti exercem, pois, uma “função de defesa da ordem”, em que se percebe um claro itinerário de convencimento sobre a realidade histórica nacional a partir de uma espécie de “convite para a reflexão acerca da importância da educação como locus de formação do homem”. Esse parecer nos faz pensar em uma educação histórica, moderna por excelência, promovida pelo professor jesuíta. Pensamos as especificidades desse projeto a partir do seu *Compêndio de história universal*, publicado no ano de 1894.

Não são muitos os compêndios de história, ou livros didáticos, que circulam no século XIX brasileiro, seja em razão da ausência de autores, seja em virtude da inexistência de casas editoriais. As primeiras obras didáticas de história universal¹ adotadas pelas escolas brasileiras são de origem francesa ou alemã, países que investem na produção desse tipo de gênero historiográfico a partir das décadas finais do século XVIII e durante todo o século seguinte. Segundo Circe Bittencourt (1993, p. 177), há liberdade junto ao exercício das traduções das obras para o vernáculo e “[...] o tradutor transformava o texto de acordo com

seus interesses e ideologia.” Caso emblemático é a obra de Pedro Parley, *História universal resumida para uso das escolas comuns dos Estados Unidos da América do Norte*, traduzida, em 1857, pelo desembargador Lourenço José Ribeiro visando o seu uso pelas escolas do Império. Figuram, por exemplo, nos programas de ensino do Imperial Colégio Pedro II títulos como estes: *Manuel d'études pour la preparation au Baccalauréat en lettres*, *Histoire des temps modernes* e *Atlas de Delamarche*. A partir de 1858 verificamos um compêndio escrito por professores, Gonçalves & Tautphoeus, do próprio Pedro II, qual seja, o *Resumo de história moderna e contemporânea*. (BASTOS, 2008). Mas aquela tendência, apesar da emergente produção nacional, pode ser vista, ainda, a partir das adaptações da *História da civilização* de Charles Seignobos realizadas na passagem para o século XX.

De todo modo, há, no Brasil, um pequeno segmento dedicado ao estudo da história universal e da civilização presente desde o Oitocentos. Segundo Guy Hollanda (1957), esses sujeitos estão distantes dos estímulos derivados do exercício da cátedra universitária, diferentemente do caso europeu, sendo autodidatas. Para Giovane José da Silva (2015, p. 98), essa preocupação não emerge por “[...] acaso, mas em função de demandas criadas em torno do processo de escolarização e de transformação da história em disciplina do currículo secundário, ainda no século XIX, além do boom editorial e do consumo de produção didática após a década de 1930.” Historiadores do IHGB e professores de história do Colégio Pedro II, entre outros, mantêm relativo interesse pela produção desse gênero de escrita da história. Temos alguns exemplos significativos: *Compêndio de história da idade média* (1858), de João Baptista Calógeras; *História universal* (1860-1862), de Justiniano José da Rocha; *Compêndio de história antiga* (1862), de Manuel Duarte Moreira de Azevedo; *Pontos de história antiga e Pontos de história média* (1876), de Antonio Pereira Leitão; *Compêndio de história universal* (1882), de Alfredo Moreira Pinto; *História antiga da Grécia e de Roma* (1887), de João Maria da Gama Berquó; *História universal* (1894), de João Ribeiro; *História da civilização* (1919), de Oliveira Lima; *História da civilização* (1931-1934), de Joaquim Silva; *História da civilização* (1934-1936), de Jonathas Serrano.

Estamos, pois, diante de um filão historiográfico acionado não apenas no Brasil, mas, sobretudo, na Europa, em que verificamos praticantes do gênero como Leopold von Ranke e, como já adiantado, Charles Seignobos. Sublinhamos que esse é um espaço de trabalho transformado em matéria de ensino, em subsídio disciplinar (escolar) e em suplemento curricular. No caso brasileiro percebemos, dependendo do programa de ensino, a própria disciplina *história do Brasil* enredada por seus domínios. Nesse sentido, verificamos que o *Compêndio* de Rafael Galanti apresenta-se como uma história universal, contundo, a sua performance é de história da civilização, dado os usos desse conceito estruturante no livro. Vemos que a história “universal pura” se revela impraticável, na medida em que ela “[...] abrange os acontecimentos de todos os países e de todos os tempos.” (GALANTI, 1907, p. 1). O que orienta verdadeiramente a sua história é o conceito de civilização, a partir de uma orientação católica, que serve como organizador cronológico, como recorte temático e como princípio epistemológico.

Assim, o *Compêndio* dispõe a história universal em uma perspectiva civilizatória atravessada pelo eixo do catolicismo. Por isso, o segmento de *história sagrada* encontrado no livro transforma-se em *história eclesiástica*. Esta é a estrutura temático-formal do livro: História antiga, média, moderna e contemporânea. A história antiga segue das origens divinas do mundo à divisão do Império romano por Teodósio em 395 d.C. A Idade média termina com a queda de Constantinopla em 1453. A Idade moderna estende-se até o Congresso de Viena em 1815. A contemporânea alcança a atualidade. A história antiga divide-se em *profana* e *sagrada*. De um lado o “povo de Deus” e de outro os “gentios”. Então, as histórias média, moderna e contemporânea dividem-se em *eclesiástica* e em *profana* (ou *civil*). A primeira cuida dos acontecimentos religiosos enquanto que a segunda dos eventos políticos e civis em escala global. “É de observar que a história eclesiástica e a profana, bem que distintas, são entre si tão intimamente unidas, que não se podem separar da exposição.” (GALANTI, 1907, p. 2). Temos ante de nós uma narrativa que engendra modos eurocêntricos de ser no mundo, referendando um processo civilizador em que se observa os intercâmbios entre história sagrada e história profana, ou entre história eclesiástica e história civil.

Galanti deixa à disposição dos seus leitores a epistemologia do seu livro, realizando, a um só tempo, a explicação da sua prática como historiador, como professor e como escritor de livros didáticos de história. De acordo com a sua abordagem, o conhecimento histórico performa-se enquanto saber com intenção de verdade. Lembrando que a verdade é, e isso é importante, filha do seu tempo. A obra apresenta-se, em tese, como “[...] a narração autêntica e bem ordenada dos acontecimentos memoráveis que pertencem ao gênero humano. Divide-se a história em universal, geral e particular.” (GALANTI, 1907, p. 1). A história distingue-se das “memórias”, dos “anais” e das “crônicas”. “Diferem da história, porque está omite quase sempre os meses e os dias e relata os fatos, descrevendo lugares, referindo discursos, tratados e coisas semelhantes [...]”. (GALANTI, 1907, p. 1).

De qualquer maneira, no livro em questão encontra-se delimitado um objeto para a história, bem como os alcances possíveis dos dotes caros aos historiadores. Sublinhando que estamos falando de um texto escolar de história. Para o padre Galanti, a história é concebida como o registo dos “fatos realizados pelo homem” e dos que, de algum modo, lhe dizem respeito. É ampla a sua prescrição para a história, na medida em que ela abrange todos os fatos e todas as circunstâncias que direta ou indiretamente mantêm algum tipo de relação com a “natureza física e moral do homem”. Esses fatores são, no limite, considerados “elementos modificadores da história”. Cabe mencionar o seguinte: homem branco, cristão e de origem europeia. Percebe-se nas normatizações do sacerdote, encontradas em seu *Compêndio*, certa herança da história “mestra da vida”. Contudo, o *topos* antigo é, em Galanti, modernizado: não são os exemplos replicados no presente o demandado, mas a explicação dos “[...] fatos comparando-os, apontando as relações que os ligam, investigando as causas e indicando os efeitos, para que das ocorrências particulares possa deduzir lições gerais de sabedora, moral e política.” (GALANTI, 1907, p. 4). A história não deixa de

ensinar, mas esse magistério é realizado, preservando a função edificante, que imputa sérios juízos valorativos, de modo logicista-racional-moderno.

Tendo estabelecido o objeto da história, Galanti lança uma perspectiva na qual o trabalho de escrita da história é operado pela crítica, movimentando o esquema erudito com as fontes pertinentes, verifica os dados, faz a acareação dos problemas e estabelece uma narrativa coerente dos fatos para que se possa alcançar a lógica da *historia magistra vitae*. Porém, uma *moderna história mestra da vida*, dado que se deseja ressaltar as explicações e as motivações. (KOSELLECK, 2006). Se ordena o devir histórico, porém os ajuizamentos morais parecem condicionar, em modo de antecipação, a epistemologia da história (moderna) de Galanti. De qualquer forma, segundo o estudioso, “[...] infere-se facilmente de tudo isto que a história é uma ciência de alta importância, e que a narração pura e simples, embora necessária para a constituição da ciência, não forma, só de *per se*, o objeto da história propriamente dita.” (GALANTI, 1907, p. 4). A epistemologia do *Compêndio* suspende certo caráter mnemônico do saber, criando, de algum modo, uma estratégia dialógica para o ensino-aprendizado de história, em que os discentes acompanham as matérias lecionadas através de uma lógica investigativa, apreendendo, então, os próprios passos de um historiador. Uma herança da antiga *ratio studiorum* inaciana? São três os métodos possíveis para história enquanto disciplina escolar: *etnográfico*, *sincrônico* e *misto*. Eles obedecem uma lógica temática Ocidental. Ou seja,

[...] o método etnográfico relata os fatos de cada povo na sua sucessão cronológica sem atender ao que na mesma época ocorria nos outros países; o sincrônico refere simultaneamente os eventos de todos os povos segundo a ordem dos tempos; o misto é a combinação dos dois métodos. (GALANTI, 1907, p. 4).

Ao colocar em evidência a metodologia da história mobilizada no plano da escrita e do ensino, o jesuíta oferece indicações referentes a sua prática como professor de história de modo geral, informando, mesmo que de maneira imperfeita, os modos como a história é pensada, realizada e ensinada na Primeira República, momento esse em que ainda se observa, vale salientar, relações entre a história sagrada/eclesiástica e a história profana (autônoma). Galanti movimentando o chamado *método misto*, defendendo a abordagem etnográfica para o ensino-aprendizagem da antiguidade, que em sua visão é marcada “[...] pela sucessão de povos, sem coexistências, enquanto que o sincrônico seria mais eficiente para estudar os povos do período cristão.” (SANTOS, 2019, p. 58). O mais acertado é, portanto, a conjunção dessas duas modalidades metodológicas nos períodos das Idades média, moderna e contemporânea, “[...] cujos fatos se acham entretecidos de tal modo, que frequentes vezes não se pode explicar a história de uma nação sem ao mesmo tempo ter em vista a de outra.” (GALANTI, 1907, p. 5). É possível que apreendamos a partir do tratamento das fontes (não necessariamente arquivísticas), da metodologia e do ensino propriamente dito uma relativa flexibilização da prática historiográfica em Galanti, justamente na direção da coadunação (sem justaposição) de uma perspectiva ao mesmo tempo eclesiástica e civil,

o que implica câmbios entre imparcialidade e subjetividade (crença religiosa), movimento epistemológico que legitima o *Compêndio*. Vemos os âmbitos da erudição e da crítica dialogando na direção desse propósito, dado que o padre jesuíta não apenas dispõe coerentemente a narrativa histórica, porém, assume o perspectivismo epistêmico, mediante a possibilidade da existência de leituras laicas da religião cristã e de perspectivas que realçam o sagrado enredado pela imanência.

UMA HISTÓRIA SECULAR DO CRISTIANISMO CATÓLICO?

Os trabalhos sobre a experiência historiográfica republicana informam que os autores de literatura escolar, tanto para crianças quanto para a juventude de modo geral, objetivam tornar os cidadãos do nascente regime político agentes sociais considerados “civilizados”. No importante estudo realizado por Patrícia Hansen (2007) há uma descontinuidade junto à escrita religiosa diante do ideário republicano. Doravante, ainda é presente nesse contexto autores de livros didáticos que são religiosos, como no caso expressivo de Rafael Galanti que é um sacerdote, o que demonstra uma história como disciplina (escolar) apropriando-se de perspectivas caras, sobretudo, ao catolicismo. Essas duas orientações, como já explicitado, convivem no manual em questão.

A história do jesuíta reverbera socialmente a moral cristã de matiz católica. Em seu livro Galanti indica como referências compêndios dessa natureza, como os de Chantrel, de Wouters, de Brunengo, de Darras e de Rohrbacher. Segundo a sua percepção,

[...] o autor consultou muitos outros livros de menor tamanho que não vale a pena mencionar, dos quais se valeu francamente e sem escrúpulo todas as vezes que o julgou oportuno; cumpre-lhe, porém, para cautela dos principiantes, declarar que hoje, no meio de tantos livros, livrinhos e livrescos, infelizmente são raros os trabalhos que sirvam para o ensino sério e sinceramente católico. (GALANTI, 1907, p. 489).

Mas o que o *Compêndio* do padre Galanti evidencia é a preservação combinatória das duas principais tradições curriculares que envolvem o ensino de história no Brasil. De um lado, matéria que ilustra uma moral religiosa de modo universal; de outro, uma disciplina autônoma, atravessada pelo processo civilizador, que torna possível a aproximação entre história universal e história nacional. Essas duas dimensões se imbricam em seu livro. Circe Bittencourt (1993, p. 199) torna clara a nossa argumentação: “A História tinha como objetivo auxiliar a compor uma casta de privilegiados brasileiros, inculcando-lhe os padrões culturais do mundo ocidental cristão, fazendo com que se identificassem com o mundo exterior civilizado.” A partir da República as histórias sagrada e eclesiástica passam a não ser mais obrigatória nos currículos oficiais, mas se estabelecem nas escolas de caráter confessional, em processo de ampliação nesse contexto, tanto católicas quanto protestantes. Assim, a permanência desse espaço de saber, e mesmo a escrita de um *Compêndio* que aborda as suas dinâmicas, demonstra a importância das instituições religiosas junto àquela matéria escolar

produzida e consumida em um momento de separação entre Igreja e Estado em âmbito federal. O que não significa, vale ressaltar, uma “providencialização” desse tipo de conhecimento.

Dessa maneira, a primeira parte dos conteúdos distribuída por Galanti orienta-se através da *história sagrada*. Como é, por exemplo, no *Compêndio de história universal* (1860-1862) de Justiniano José da Rocha. Ou seja, essa periodização temática não é uma novidade em termos de disciplina escolar no Brasil. Mesmo que escrito em um contexto marcado pelo republicanismo e por movimentos variados de cientificização da história, o livro do padre naturalizado brasileiro não concebe os textos da Bíblia tão somente de forma metafórica, simbólica ou mesmo alegórica. De outra maneira, a exegese bíblica, sendo os seus livros tomados como fontes probas, aparece como registro hermenêutico incontornável para o desvelamento histórico que agencia a origem e o desenvolvimento da humanidade. O criacionismo é acionado pelo religioso. Visão de mundo derivada dos ensinamentos do Gênesis. Como é impossível deixar de notar, o ensinamento da história transmitido por Rafael Galanti está em concordância com uma inegável apologética moral (raciocinada-secularizada). De acordo com o sacerdote católico (1907, p. 5),

Deus, depois de tirar do nada, por um ato de sua livre vontade, o mundo e quanto nele se encerra, criou finalmente o homem, colocando-o em um jardim de delícias. Tendo o homem desobedecido ao seu criador comendo o fruto vedado, foi expulso do Eden e condenado ao trabalho, à dor e à morte.

A história sagrada, que a partir da Idade média se transforma em *história eclesiástica*, oferece um registro genealógico que alcança a figura adâmica. A outra variante do livro, a *civil*, traça as dinâmicas do processo histórico enredado por diferentes regularidades experienciais que orientam os movimentos que formam a humanidade, apontando eventos “[...] que deveriam ser imitados e vícios individuais e civilizatórios que deveriam ser evitados.” (TAVARES, 2010, p. 158).

Ao analisarmos o *Compêndio* de Galanti faz-se necessária, depois de frisarmos os diálogos entre história sagrada e profana, e, depois, entre história eclesiástica e civil, combinação que organiza epistemologicamente o livro, a elaboração de uma função social para a história enquanto disciplina escolar: formar os jovens cidadãos junto aos horizontes políticos do republicanismo liberal, porém, não abrindo mão do corolário da fé católica.

A narrativa do livro do professor italiano começa pelo bloco temático chamado “Tempo primitivo”. Nele há alguns pontos (numerados) a partir da “Criação do homem”, em que vemos o seu surgimento, o pecado original e a descendência de Adão e de Eva. Segue-se o dilúvio após a aproximação entre as “raças” do “povo de Deus”, os descendentes de Seth, e os “filhos dos homens”, cuja origem remonta a Caim, considerados “perversos” como ele. A corrupção torna-se geral após a união entre os herdeiros dos irmãos de Abel. Eis, então, as motivações do dilúvio, do qual se salva apenas o justo Noé e a sua família. Dessa origem comum distinguem-se três “raças históricas”, derivadas da descendência de Noé:

semítica (Sem), camítica (Cam) e jafética (Jafé). A principal fonte é, aqui, bíblica, mais especificamente os supostos escritos do profeta Moisés, que “[...] não fez menção da raça amarela, nem da preta, nem da vermelha, porque isto não vinha ao seu intento.” (GALANTI, 1907, p. 9). Mas para Galanti há variantes na espécie humana, a que os estudiosos chamam, segundo ele, de “raças”: 1) *caucásica*, *aria*, ou *indo-europeia*; 2) *mongólica* ou *amarela*; 3) *negra* ou *africana*; 4) *malaia* ou *australiana*; 5) *americana*. Apesar de citar critérios físico-raciais, vemos Galanti diferenciando-se em algum sentido dos determinismos raciológicos majoritários, dado que ele leva em consideração outros fatores formativos na trajetória humana. Os sujeitos históricos, sem prejuízo de cor de pele, são agentes (e manifestação) de Deus no mundo, procedendo de uma mesma ancestralidade. De qualquer forma, não deixa de ser sintomático que ele acredite que a raça *indo-europeia*, descendente de Jafé, “[...] tem progredido sempre.” (GALANTI, 1907, p. 8). Resumimos essa proposição com mais uma passagem do *Compêndio*: “Os diferentes tipos de homens, portanto, são variedades de uma só espécie primitiva. As diferenças de raças explicam-se pela influência do clima, dos costumes, dos hábitos, da maneira de viver, etc.” (GALANTI, 1907, p. 10).

O nosso autor vale-se da ciência da época em seu discurso ambivalente, que ao mesmo tempo torna os brancos protagonistas da sua história e vale-se de orientações teológicas. Acreditamos que Rafael Galanti objetiva a realização de uma “didática da história” da humanidade que fique entre o universo sagrado, e os ditames da política eclesial, e a intenção de verdade historiográfica. Dito de outra forma, o desafio colocado ao sacerdote caminha na direção de assegurar o sentido cristão da sua obra, dimensão comprovada pela própria história. Doravante, não se deseja uma história providencialista *stricto sensu*. Talvez estejamos diante de uma *história secular do catolicismo*. Essa hipótese não é de difícil comprovação, dado que ciência e religião, ou teologia e história, são instâncias que ainda não mostram-se totalmente indissociáveis nesse contexto epistêmico (SILVA, 2015), como se pode perceber a partir da experiência historiográfica que enreda as realizações do IHGB republicano. (HRUBY, 2007).

A história sagrada possui um espaço temático bastante delimitado, sendo definida enquanto “conjunto de acontecimentos de ordem histórica contidos na Bíblia, reunindo as narrações do Antigo e do Novo testamento de uma maneira coerente e parenética, ou seja, para fins de exortação moral. (BITTENCOURT, 1993, p. 200). Há um capítulo exemplar no *Compêndio* do padre Galanti sobre a história do cristianismo. A obra comporta uma posição secular para eventos sagrados que se desenvolvem no plano imanente do devir. Isso pode ser apreendido através da apresentação de Jesus Cristo, que tem a sua divindade preservada pelo sacerdote. Mais do que somente o Messias histórico, a obra em questão atesta o caráter sobrenatural que enreda a sua vida, que passa pela paixão na cruz à ressurreição. “Jesus Cristo demonstrou a divindade da sua missão por inumeráveis milagres e bem assim por vida e doutrina santa.” (GALANTI, 1907, p. 105). Vemos que a disposição da crença, e Galanti é um religioso, sendo circunstanciada por uma verdade situacional pressionada pela crítica e pela exegese hermenêutica (bíblica), demandas próprias da historiográfica moderna. O autor

quer demonstrar, no limite, a face humana e divina do Cristo, *topos* que acompanha a sua representação desde a antiguidade. Assim, por meio da história dita sagrada, “[...] por ser fé que ali se narra, e porque, mesmo considerando a Escritura Sagrada simplesmente como um livro de história, prova-se cabalmente a sua autoridade.” (GALANTI, 1907, p. 2). A crença é, em Galanti, atravessada por uma acomodação secular das dinâmicas do devir histórico.

Os usos da Bíblia, considerada uma herança hebraica, por Galanti reforça o caráter secular impresso em sua interpretação da história. Para o professor (1907, p. 18):

Toda a literatura hebraica está encerrada na Bíblia, livro que, como diz o ilustre orientalista Jones, contém mais eloquência, mais verdades históricas, mais moralidade, mais riquezas poéticas, e, num palavra, mais belezas em todos os gêneros do que se poderiam encontrar em todos os outros livros reunidos, em qualquer século e em qualquer língua que tenham sido compostos.

Galanti concebe o texto bíblico como fonte de autoridade para a investigação do passado antigo, sendo tanto detentor da verdade das coisas quanto instrumento de inspiração civilizacional (moral). A Bíblia, como fonte de saber, passando pelo processo de secularização do divino ali narrado, torna-se mecanismo de inteligibilidade do devir. Se as obras humanas são imperfeitas, a Bíblia não é. Ela abrange as questões “mais elevadas” e “principais”, bem como apreende “[...] todos os enigmas da ciência, e todos os mistérios do homem moral e físico, do tempo e da eternidade.” (GALANTI, 1907, p. 18).

É interessante notar no texto de Rafael Galanti a dimensão humana e contingencial implicada na história do cristianismo. O padre, após se portar contrário aos interesses protestantes, coloca em relevo o caráter secular presente no desenvolvimento da comunidade cristã, a qual prefigura a nascente Igreja católica. De fato, o que se deve reter é o caminho acidentado percorrido por essa religião no correr dos séculos:

É falso, portanto, o que afirmam alguns protestantes, a saber: que nos primeiros séculos não havia nem Papa, nem bispos, nem concílios, nem hierarquia inteiramente constituída; que o cristianismo era uma simples associação livre de crenças; que a propagação foi *naturalmente fácil*; que o mundo então tendia ao monoteísmo; que os mártires foram pouco numerosos; que os primeiros cristão eram todos pobres, ignorantes e de baixa condição; que era livre crer na divindade de J. C, na SS. Trindade, etc. etc. (GALANTI, 1907, p. 110, grifo do autor).

A Idade média inaugura a história eclesiástica no *Compêndio* em exame. Ela abarca uma história político-oficial da Igreja católica. O que essa narrativa imprime, em compasso com os desígnios apostólicos percebidos na passagem para o século XX, é a promoção de uma ideia de unificação sob a perspectiva do catolicismo ultramontano, quer dizer, “[...] de uma religiosidade ainda muito vinculada ao modelo tridentino e à obediência papal.” (PIRES, 2017, p. 215). A narrativa da política institucional católica mobilizada pelo jesuíta Rafael Galanti está em harmonia com os discursos eclesiásticos oficiais que reivindicam a

premissa de uma Igreja centralizada e com uma identidade comum bastante articulada e difundida. Diante das táticas de fortalecimento institucional pronunciadas pela instituição notamos a escrita da história eclesiástica, e em Galanti ela oferece sucintos direcionamentos hagiográficos, arrogar para si o missão junto à elaboração de modelos de conduta sacerdotal e apostólica socialmente (e institucionalmente) aceitos.

Já na modernidade o padre Galanti se opõe ao cristianismo protestante. Esse horizonte discursivo também está amparado pela experiência da história, dado que na Primeira República assistimos certa aproximação ente o ideário nacionalista e o catolicismo. (OLIVEIRA, 1990). Nesse sentido, mostra-se necessária a associação da Igreja católica com um movimento que garanta “segurança” para a sociedade naquela atualidade a partir da preservação dos “bons costumes” e do dito corolário cultural brasileiro, bem como evidencia-se a precipitação presente no aceite social das correntes protestantes estrangeiras, dado que colocam em risco os próprios sentidos históricos da nacionalidade oriundos do catolicismo. Segundo Galanti (1907, p. 239, grifo do autor), “[...] a *essência dessa religião* ou, para dizer melhor, dessa imensa aglomeração de erros, que recebeu o nome de *Protestantismo*, consiste em colocar a *razão individual sobre a autoridade da Igreja de Jesus Cristo divinamente inspirada.*” As primeiras consequências da Reforma protestante são estas, em que pesa certo abalo junto ao sistema político europeu herdado da Idade média:

Na Inglaterra, a revolução e o regicídio; na França, uma sanguinolenta guerra civil, conhecida pelo nome de *guerra de religião*; na Alemanha, a guerra dos *trinta anos* – Está claro que a culpa dessas guerras deve recair toda sobre os *Protestantes*, que eram os agressores; não sobre os *Católicos*, que procuravam tão somente defender seus haveres, a sua religião e um sistema político que por tanto tempo tinha formado a glória da Europa. (GALANTI, 1907, p. 248).

A última consequência da Reforma é a Revolução francesa, que de acordo com o sacerdote e professor de história é um símbolo de afronta diante das coisas de Deus e da autoridade da Igreja católica. A Reforma oferece, no limite, condições de possibilidade, “em virtude dos seus princípios”, para o socialismo e para o comunismo, para o idealismo na filosofia e para o racionalismo na religião. (GALANTI, 1907, p. 295). Como se pode avaliar, há claros usos políticos da história no *Compêndio* em juízo, mesmo que ele se valha da retórica (cientificista) da neutralidade, ou da imparcialidade historiográfica.

Cabe salientar, dentro dos horizontes do cristianismo católico localizados na obra, a dimensão salvífica presente em forma de promessa que se desvela para homens e para mulheres. Mas essa salvação ocorre, é bem verdade, no plano secular, decorrente da sobrevivência da ordem cristã junto ao plano mundano. Esse registro se realiza através da defesa da Igreja católica como a herdeira moral e espiritual do Cristo. Para Galanti (1907, 392-393, grifo nosso),

Com efeito as primeiras perseguições produziram a propagação do Cristianismo, porque o sangue dos mártires foi realmente, como disse Tertuliano, semente de Cristãos; as heresias, desde as primeiras até as atuais, trouxeram um conhecimento cada vez mais profundo da religião, e o progresso admirável das ciências e das artes em nosso século, longe de estar em contradição com a Fé, tem contribuído imensamente à pregação dessa mesma Fé, bem como a tornar sempre mais perfeita essa unidade da Igreja Católica, Apostólica, Romana, *única religião à qual Jesus Cristo prometeu o seu apoio até o fim dos séculos*”.

Assim, a forma como essa escrita da história assiste o percurso do cristianismo está no meio do caminho entre leituras teológicas (eclesiais) e pressões historiográficas do contexto, no caso advindas das demandas do *Compêndio* como gênero de história escolar.

O EUROCENTRISMO COMO PROBLEMA ÉTICO-POLÍTICO

Através da promoção de um saber histórico escolar atravessado pela sucessão e pela coexistência de modos de civilização, vistos a partir de uma perspectiva unitária e universal, desenvolve-se a premissa, muitas das vezes implícita, da superioridade da civilização europeia. Contudo, para Rafael Galanti as civilizações dessa matriz não são herdeiras diretas dos gregos, como é mais comum nesse tipo de escrita da história escolar, mas possuem uma origem que remonta a família de Jafé, terceiro filho de Noé, sobrevivente do dilúvio universal descrito no livro do Genesis presente na Bíblia. Mesmo nessas condições, o conceito de civilização operado pelo religioso, de ascendência ilustrada, está intimamente associado ao Ocidente visto de maneira ampla e ao eurocentrismo como a sua orientação majoritária.

As pesquisadoras Marta Araújo e Sílvia Maeso assinalam os sentidos do *ethos* eurocêntrico, e estamos falando da disciplina história, junto às performances movimentadas tradicionalmente pela literatura escolar. A sua orientação aparece, por vezes, “maquiada”, dado que a sua presença junto ao posicionamento dos conteúdos do material escolar, algo verificado no *Compêndio* de Galanti, é “despolitizada”, o que resulta em uma leitura da história que naturaliza relações abusivas de poder. (ARAÚJO; MAESO, 2010). Um exemplo disso é a escravidão, que quando não é visivelmente apagada, como no caso de Galanti, figura “[...] como sucessão de maus tratos, de desrespeito aos direitos humanos e, no entanto, sem referências concretas ao racismo e seu inculcamento na sociedade como elemento do cotidiano, definidor de espaços e limitador político.” (SOUZA, 2019, p. 75). Para Araújo e Maeso (2012 *apud* SOUZA, 2019, p. 75), o eurocentrismo é mais do que uma perspectiva político-intelectual que habilita a dominação, apresentando-se como: “(i) um sistema de representação; (ii) um modelo standard de comparação, que ajuda a explicar a diferença; e (iii) um critério de avaliação que funciona como uma ideologia.”

Assinalamos que os registros sociais presentes no livro de Galanti dialogam com fatores históricos que organizam o protagonismo das civilizações de matriz europeia. Desse

modo, aquilo que vem “antes” apresenta-se como uma prefiguração para um “mundo novo” que se desvela, e o que vem “depois” afirma-se como uma decorrência da modernidade europeia. No limite, passado, presente e futuro são agenciado pelo espectro eurocêntrico. Seguindo Aníbal Quijano, a Europa, em todas as temporalidades possíveis, arroga para si uma identidade moderna, estabelecendo padrões taxonômicos de poder em escala mundial. Assim (2000, p. 126),

Eurocentrismo es, aquí, el nombre de una perspectiva de conocimiento cuya elaboración sistemática comenzó en Europa Occidental antes de mediados del siglo XVII, aunque algunas de sus raíces son sin duda más viejas, incluso antiguas, y que en las centurias siguientes se hizo mundialmente hegemónica recorriendo el mismo cauce del dominio de la Europa burguesa. Su constitución ocurrió asociada a la específica secularización burguesa del pensamiento europeo y a la experiencia y las necesidades del patrón mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, establecido a partir de América.

A orientação católica movida por Galanti junto ao *Compêndio* o leva a uma verdadeira “redescoberta” da Idade média como a “época de ouro” da Europa, diferentemente da maioria dos compêndios disponíveis que ressaltam a Renascença como grande marco moderno, momento de domínio generalizado do eurocentrismo. Esse mesmo eurocentrismo, atravessado pela ideologia católica presente no material didático em questão, configura toda a dinâmica político-social-cultural do medievo. Para o padre (1907, p. 2003):

Durante os séc. XII e XIII o estado político e social da Europa deu um grande passo no caminho do progresso e da civilização. A teologia, a filosofia, a jurisprudência, as letras, as artes e as ciências, tudo progredia briosamente. No tempo a indústria e o comércio se desenvolveram, as cidades conquistavam privilégios, e o terceiro estado ia formando.

A Igreja é responsável, ainda, pela emancipação do “servos da gleba” e as cidades são percebidas como verdadeiras “comunas” (repúblicas), o que ilustra a suposta abertura política presente nesse período da história europeia. Há desenvolvimento em todos os campos humanos: política, letras, ciências, artes, história, línguas, filosofia e a partir da criação de universidades. A modernidade seria herdeira do eurocentrismo da Idade média.

O Ocidente, sobretudo através do continente europeu, se distingue menos por fatores geográficos e mais pelo apelo ideológico que concebe as sociedade através de uma escala pré-determinada de critérios. Nessa direção, ele se organiza, por exemplo, a partir do polo urbano, do capitalismo, da modernidade e do, cabe destacar, catolicismo. Nesse sentido, sugere-se “[...] que o Ocidente se caracteriza como um padrão de práticas, marcadamente eurocêntrico, mas não só, e profundamente excludente.” (SOUZA, 2019, p. 78). O resultado disso é que grande parte do mundo não se enquadra nesse modelo estabelecido, o que leva à caricatura (estereótipos) do Outro, como indígenas, africanos, orientais e seus descendentes. Esses argumentos são validados por Galanti a partir do momento em que o *Compêndio* aborda, por exemplo, os árabes: “Mal haviam as invasões do Norte e do Oriente consentido

algum repouso à Europa quando apareceu outra raça de bárbaros que puseram em extremo perigo a civilização cristã, e para os repelir foram necessários longos séculos de gravíssimos sacrifícios.” (GALANTI, 1907, p. 129).

Os livros didáticos de história aparecem como espaços privilegiados, no século XIX e primeira década do século XX, não de forma homogênea, para a operacionalização da ideia de “raça” como um mecanismo sócio-taxonômico que justifica a violência e a exploração dos sujeitos históricos. Aqui se encontra um dos pilares do eurocentrismo, quer dizer, a soberania da “raça branca”. É diferente o caso do *Compêndio* de Galanti, na medida em que a origem dos povos não é medida pelo critério “raciológico-científico”, tão em voga no momento, mas pela orientação das chamadas “raças históricas”, descendentes de Adão, em processo de adaptação. O caráter dessas populações não é estabelecido, pois, pela herança biológica (apesar de Galanti mencionar características físicas), mas pelas condições socioambientais atravessadas pelo vetor espaço/tempo. O que não significa, contudo, que não haja hierarquização racial, ao menos em termos de importância civilizacional, como no caso da proeminência, como vimos, da descendência de Jafé, responsável, segundo o Gênesis, por povoar o continente europeu. Por outro lado, sendo algo importante para ser dito, Galanti não menciona em seu *Compêndio* certa tradição de leitura (religiosa) sobre a história das “raças” no mundo em que há uma linhagem amaldiçoada por Noé (Cam) que povoa a África. Por muito tempo esse discurso serve como pretexto para a dominação dos africanos. O mais provável é que Galanti não valide essa colocação, dado que ele privilegia os horizontes da adaptação histórico-social. Mas partilhando, ou não, desse “racismo religioso-cultural” o que se percebe no livro em exame é a inexistência da história da África e dos africanos. Assim, se encontramos, no livro, o arrefecimento do determinismo biológico e a reorientação da “origem histórica” das “raças”, não deixa de ser verdade a forte presença eurocêntrica em termos de superioridade civilizacional e o silenciamento dos considerados não-ocidentais.

De qualquer maneira, o eurocentrismo inscrito no livro de Galanti pode ser compreendido como um etnocentrismo baseado nas formas objetivas de ascendência dos povos europeus sobre o mundo. Não é por acaso que Samir Amin (1994) defenda que o eurocentrismo apresenta-se como uma crença socialmente difundida, e relativamente aceita, acerca do protagonismo referente ao desenvolvimento da Europa Ocidental. Essa disposição parece natural em termos de expansão junto às demais sociedades existentes. No limite, o eurocentrismo pode ser entendido como um paradigma. Assim sendo, Dipesh Chakrabarty (2000, p. 29) evidencia a operação de saber implicada nessa forma de abordagem de uma história total e única da humanidade, a qual é mobilizada por Galanti:

Por gerações sucessivas, filósofos e pensadores que moldaram a ordem da ciência social fabricando teorias que abrangem a totalidade da humanidade. Como é sabido, essas afirmações foram construídas a partir de uma relativa, e muitas vezes absoluta, ignorância sobre a maioria da humanidade – quer dizer, sobre aqueles que vivem em culturas não-ocidentais.

Na obra em análise o não-ocidental não é representado a partir das especificidades “civilizacionais” que o caracteriza, mas através de um reflexo imperfeito do universo europeu. As movimentações bélicas em direção ao Oriente, à América e à África, das primeiras civilizações ao neocolonialismo inglês, são consideradas naturais, não havendo princípios éticos que atravessam a leitura do padre. Verifica-se a pura aceitação da violência e da dominação. As incursões imperialistas, possibilitadas por guerras de conquista, legitimam a superioridade civilizacional, sempre em processo de expansão por meio da assimilação do Outro, dos europeus. Os povos não-ocidentais não são dignos de empatia cultural, sendo assimilados, dominados, derrotados, conquistados, aculturados, escravizados sem a necessidade de uma justificativa prévia para tanto. Ademais, a ideologia cristão-católica implicada no livro de Galanti condiciona os hábitos mais profundos dos não-europeus. Em muitos sentidos essa aculturação religiosa é, em tese, o destino de todas as civilizações de que se tem notícia.

Concordando com Sanjay Seth (2013), acreditamos que o conhecimento histórico moderno-historicista-científico mobilizado na escrita da escolar proposta por Rafael Galanti constrói um sentido de universalidade, inexistente epistemologicamente e ético-politicamente, capaz de discriminar arbitrariamente as civilizações e as culturas de matriz não-ocidental. O que se vê no *Compêndio* é a marginalização dos passados não-ocidentais, destituídos da capacidade de se organizarem como história. Indígenas, negros e orientais, por exemplo, não possuem voz na referida obra. Diante disso deve-se ter em mente o seguinte: a “[...] escrita da história não é simplesmente um ‘ofício’ que se aplica a um objeto pré-existente, natural; ao contrário, e como qualquer disciplina, a escrita da história concebe e constrói o seu objeto.” (SETH, 2013, p. 180).

O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO COMO EIXO EPISTÊMICO DO *COMPÊNDIO* DE GALANTI

O conceito de civilização mobilizado pelo padre Rafael Galanti tem origens ilustradas, na medida em que se estrutura, como em Voltaire, por exemplo, através da capitalização de registros técnicos, científicos, políticos, jurídicos, literários, filosóficos, morais, espirituais, materiais, dentre outros, bem como é pensado como uma maneira peculiar e própria de estabelecer e de configurar o mundo histórico, em que se erige relações e conexões de dependência. Podemos até dizer que a obra de Galanti seculariza a providência, da forma como é pensada através da perspectiva universal proposta por Bossuet. “Em suma, a ideia era que os povos caminhavam, não simplesmente para sair do lugar, mas para mudar permanentemente de estado, alguns mais, outros menos.” (SILVA, 2015, p. 100). Por exemplo: entre os antigos gregos a civilização localiza-se no âmbito da literatura, das ciências, das artes e da filosofia. Antes: a civilização é pensada, na referida obra, como um eixo organizador do devir para além da superfície aparente dos eventos. Uma escolha entre outras possíveis, que para sobreviver exige a sua recriação incessante através

de mecanismos simbólicos de poder. Norbert Elias (2011, p. 23) nos permite conhecer o conteúdo semântico do conceito de civilização, que está de acordo com o apregoadado pelo padre jesuíta em seu livro de história:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos [...] conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser muito difícil resumir em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização.

Nesse sentido, há uma espécie de ideologia civilizacional no *Compêndio* de Galanti, que como não pode deixar de ser relaciona-se com o cristianismo católico. Isso pode ser percebido a partir do elogio ao progresso cultural dos gregos, bem como na crítica às formas como aqueles sujeitos históricos experienciam o plano religioso. Deixemos o próprio Galanti nos explicar o problema:

Não há dúvidas terem-se os Gregos assaz distinguido na cultura intelectual, particularmente na literatura, nas artes e nas ciências. Quanto à filosofia é certo que a estudaram muito, e revelaram algumas verdades de grande alcance, porém é lastimoso ver como procediam às apalpadelas até quando se trata de verdade que podiam facilmente conhecer. *É ainda mais deplorável que caíssem em erros tão grosseiros a respeito de Deus, do homem, do mundo e da Sociedade.* (GALANTI, 1907, p. 69, grifo nosso).

A teoria da civilização de Norbert Elias nos é útil para a compreensão da noção de Estado na história escolar de Galanti. Além de se falar dos hábitos inerentes ao processo civilizador (psíquicos), como evidenciado no livro em questão, outro aspecto fundamental desse movimento é a monopolização da violência em âmbito estatal. Essa é uma tônica que abarca todo o *Compêndio de história universal* do sacerdote italiano, ao menos até os limites da modernidade. A história da humanidade é, no plano político, o desenvolvimento sucessivo de uma espécie de coerção político-social difundida pelos Estados, mesmo que Galanti assevere que a “tendência atual” da sociedade caminhe na direção de um *telos* pacifista e, portanto, mais humanista. Segundo Elias (2011, p. 17),

[...] como ponto de interseção de grande número de interconexões sociais, são radicalmente mudados todo o aparelho que modela o indivíduo, o modo de operação das exigências e proibições sociais que lhe moldam a constituição social e, acima de tudo, os tipos de medos que desempenham um papel em sua vida.

Nesse sentido, uma das facetas do processo civilizador localizada no livro de Rafael Galanti pode ser acompanhada através da formação estatal possibilitada pelo monopólio da violência. Essa dinâmica oferece condições de possibilidade para a cadeia, havendo

movimentos de sincronia e de diacronia, de transformações políticas e sociais amparada, sobretudo, por resoluções bélicas e de conquista (ataque/defesa).

Além disso, o conceito de civilização engendrado pelo *Compêndio de história universal* está em consonância com os desígnios daquilo que François Hartog (2014) chama com propriedade de *regime moderno de historicidade*. Porém, essa forma de experiência temporal subsidiária do trabalho de escrita da obra não se performa apenas por meio de uma linearidade progressiva e cumulativa em direção a um futuro em aberto. Da mesma forma como verificado em um compêndio escolar coevo, a *Epítome de história universal* (1913), de Jonathas Serrano, o que se percebe na obra de Galanti é “a marcha da civilização” não deixando de “[...] possuir falhas, avanços e recuos, atrasos e justificativas para ‘missões civilizatórias’.” (SILVA, 2015, p. 100). Quer dizer: está em pauta a premissa de que os povos caminham não apenas no sentido da movimentação de um lugar ao outro, porém, para se posicionarem no plano da transformação (formação?), uns mais e outros menos. (SILVA, 2015). Para Galanti, a forma mais acertada de se compreender o trajeto humano no tempo (a partir da Idade média) é através do plano sincrônico, isto é, não por meio de uma relação causal, mas através de um direcionamento que enfatiza as relações de significado. Assim, uma mesma periodização pode engendrar variantes contextuais em modo simultâneo (política, civil, social, cultural, etc.). A narrativa do livro, atravessada pelo conceito de civilização, não se desenvolve por meio do progressismo e do evolucionismo ingênuos (SILVA, 2015), apesar da dimensão diacrônica, compete ressaltar, não ser abandonada.

Isso tudo não implica que o estudioso, em sua didática da história, não deva evidenciar um eixo orientador, um *telos finalístico*, que possa amalgamar o conjunto de histórias particulares dispostas em registro universal. Negar isso é o mesmo que recusar a modernidade historiográfica. (KOSELLECK, 2006; LÖWITH, 1991). Como já estudamos neste artigo, essa é uma das justificativas político-epistemológica do cristianismo católico enquanto guia da civilização no *Compêndio*. A forma cristã de experienciar o tempo imprime unidade, cabendo a providência (secularmente) dirigi-la para o seu destino manifesto. O livro em debate defende o ponto de vista que torna a história um campo disciplinar, e estamos falando a partir de um texto escolar, capaz de acompanhar o desenvolvimento sincrônico/diacrônico dos focos de civilização disponíveis, associados, sobretudo, à expansão europeia, criando uma integração (excludente) dos modos de vida no mundo inteiro atravessada pela égide cristã (católica).

Assim, entendido no singular, o conceito de civilização, mesmo que relacionado a uma corrente laicista da história, é coadunado a uma dimensão universal, de forte apelo religioso, e unitária da humanidade, apesar do sincronismo proposto por Galanti, desde os primórdios míticos do mundo. Percebida como “[...] um processo de melhoria das instituições, da legislação, da educação [...]”, e definida por meio de um registro inconcluso, a civilização, como vemos em Galanti, “[...] pode e deve se estender a todos os povos que compõem a humanidade.” (CUCHE, 2002, p. 22). Averiguamos essa sentença a partir das “tendências atuais do mundo”, em que se observa justamente esse avanço quanto à qualidade

de vida de homens e de mulheres. Conclui-se, então, “[...] que o mundo em nossos dias tende a mostra-se sempre mais humano e mais unido.” (GALANTI, 1907, p. 392). O sistema de guerra tem sido “mitigado”, diminuindo a necessidade do uso da força pelos Estados. Os prisioneiros não são mais escravos nem servem como moeda de troca. Ninguém assiste passivamente as manobras militares. Os vencidos são tratados com maior dignidade. Não há mais escravidão. A esse respeito é dito isto: “[...] a escravatura foi abolida em todos os países civilizados, e os naufragos, longe de serem, como outrora, reduzidos ao cativo, acham conforto e alívio em toda a parte.” (GALANTI, 1907, p. 392). Ademais, as invenções tecnológicas facilitam e favorecem a vida humana.

Nessa direção, as pesquisas de Jean Starobinski nos auxiliam ainda mais na apreensão dos significados subjacentes ao conceito de civilização, além de nos informar os seus usos específicos no *Compêndio*:

A palavra civilização pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo desse processo. É um conceito unificador. (STAROBINSKI, 2001, p. 14).

Segundo Starobinski, a obra do padre Galanti em exame torna evidente, como temos visto, dois eixos temporais distintos implicados nos horizontes civilizacionais. Um sincrônico e o outro diacrônico. Aqui apreendemos as noções de *estágio* e de *processo*. Esses dois registros são reveladores de etnocentrismo (com atenção voltada para a Europa). Ora, as dinâmicas sociais derivadas da ideia de civilidade são de matriz europeia. Assim, quando observamos os alcances de ordem geográfica que circunscrevem o chamado Ocidente percebemos que nem todos são considerados totalmente civilizados, não estando, pois, no mesmo grau e no mesmo estágio, porém, a partir da comparação com aqueles que se situam fora dessa fronteira imaginária todos tornam-se civilizados em potencial, mesmo aqueles que são considerados bárbaros (superando, inclusive, os ditos “atavismos” biológicos). A ascendência cristã sobre os árabes, vista no *Compêndio*, é um indício dessa dinâmica do processo civilizacional. Galanti (1907, p. 133) narra o seguinte: “De fato os árabes não tiveram autor respeitável, nem fundaram colégios ou academias senão depois de suas conquistas, e de travarem relações com os cristãos. É, portanto, do Cristianismo, e não do Alcorão, que deriva toda a glória da civilização árabe.” Apesar do ímpeto imperialista árabe eles são “aculturados” pelos cristãos, dando a eles a possibilidade, no limite, de se tornarem civilizados.

O *Compêndio de história universal* de Galanti, com todo o seu arranjo formal, temático e epistêmico, carrega consigo a ambição, mesmo que implicitamente, de promover a chamada “aculturação”, ampliando posições de poder socialmente construídas, o que abre

margem para a (re)produção de registros políticos, culturais e econômicos majoritários que engendram, por exemplo, a sociedade brasileira na Primeira República. Para Alain Choppin (2004), os manuais apresentam-se como verdadeiros testemunhos escritos. Eles são permanentes e infinitamente mais elaborados, mais detalhados, mais ricos se comparados com as instruções que supõem preparar.

Uma dimensão percebida a partir do repertório do *Compêndio* é a ideológica (ou cultural), na medida em que esse material didático reverbera conhecimentos derivados do estabelecimento de uma língua, de uma cultura e de valores das chamadas classes dirigentes. Isso fica claro através da perspectiva de história da civilização cristã impressa pelo livro em juízo, que em um sentido amplo reforça a identidade nacional (essencializada) no contexto do alvorecer republicano. Novamente Choppin (2004, p. 553) nos ajuda a esclarecer o que está em jogo em nossa argumentação: “Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo de soberania nacional e, nesse sentido, assume um papel político.” Dessa forma, o livro didático mostra-se como um elemento destacado junto ao movimento de “aculturação” da sociedade brasileira, de acordo com os parâmetros educacionais disponíveis, circulantes e em estado de apropriação permanente. O livro de Galanti evidencia, então, o processo “psíquico” civilizador. A enunciação é ali orientada para disciplinarização dos comportamentos, deixando entrever tudo aquilo que a sociedade exige e proíbe. (ELIAS, 2011).

No limite, vemos o conceito de civilização mobilizado por Galanti contribuir com um processo de axiologização do conhecimento, conforme colocado por Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (DEVELAY, 1992, p. 26 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 44): “[...] os saberes escolares remetem a valores que mesmo implícitos, revelam em última análise as escolhas éticas de uma sociedade. Elas merecem ser investigadas porque permitem revelar, a partir dos conteúdos, a filosofia da educação subjacente.”

Por fim, disposição civilizacional presente no *Compêndio de história universal* aponta para dois flancos distintos, tendo como referência os estudos de Blaise Dufal (2018, p. 2-4). Ela modula-se como uma forma própria de descrição das sociedades do passado, a partir de uma perspectiva tanto histórica quanto antropológica. Por outro lado, ela se performa como um ideal de tipo europeu, sendo uma espécie de ideologia moderna que caracterizava o Ocidente. O conceito de civilização movimenta-se por meio dessa ambiguidade estruturante, dado que mistura um registro descritivo com outro que é objetivamente moral, organizado, inclusive, por juízos de valor.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. Lisboa: Dinossauro, 1994.
- ARAÚJO, M.; MAESO, S. R. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/JbBm4hq>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BASTOS, M. H. C. Manuais franceses no imperial Colégio Pedro II (1856-1892). **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 26, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29209>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BITTENCOURT, C. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, 1993. Disponível em: <https://cutt.ly/AbBmMkA>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2004. Disponível em: <https://cutt.ly/HbBmKBb>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.
- DUFAL, B. Le fantasme de la perfection originelle: la Grèce Antique comme matrice du modèle civilisationnel. **Cahiers Mondes anciens**, v. 9, n. 11, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mondesanciens/2075>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Vol. 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GALANTI, R. M. (padre). **Compêndio de história universal**. São Paulo: Duprat & Cia, 1907.
- HANSEN, P. **Brasil, um país novo**. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/HbBmTkJ>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HOLLANDA, G. **Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro**. Rio de Janeiro: INEP, Ministério da Educação e Cultura, 1957.
- HRUBY, H. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese (Doutorado em história) – Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:
<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2415>. Acesso em: 02 fev. 2021.

HRUBY, H. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2500>. Acesso em: 02 fev. 2021.

KOSELLECK, R. **Historia magistra vitae**. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: Futuro passado. Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LÖWITH, K. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.

MENDONÇA, L. B. Padre Raphael Maria Galanti: intelectual e historiador jesuíta. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/1bBn9NO>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MONTEIRO, A. M. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PIRES, T. Para além da escrita hagiográfica: biografias católicas e cultura histórica no Brasil em fins do século XIX e início do XX. **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/ibBnVnb>. Acesso em: 02 fev. 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y classificacion social**. 2000.

SANTOS, M. F. J. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”. Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS – Antiguos Jesuitas en Iberoamérica**, v. 7, n. 2, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/CbBnGo1>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SETH, S. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/abBnU5X>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, G. J. **O batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/ebBbRQy>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SOUZA, M. V. Civilização, ocidente, “clássicos” e eurocentrismo: é possível uma ecologia de saberes para a história da historiografia e a teoria da história? **Manduarisawa**, v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/fbBbzHl>. Acesso em: 02 fev. 2021.

STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAVARES, A. L. C. O Império romano visto pelos manuais didáticos da República Velha. *Alétheia*, v. 1, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/MbBbs49>. Acesso em: 02 fev. 2021.

AUTORIA:

* Doutorado em História Social na Universidade de São Paulo. Atua na Universidade Estadual de Campinas. Contato: pierodetoni@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

DETONI, P. di C. C. Catolicismo, eurocentrismo e civilização no Compêndio de História Universal do Padre Rafael Galanti (1894). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 22, p. 1-22, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8665669. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665669>. Acesso em: 9 nov. 2022.

Notas

¹ Nesse contexto há, ainda, certo indiscernimento epistemológico diante das concepções de história geral, de história universal e de história da civilização.